



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

**ATA NÚMERO 256/XII/4.ª SL**

**30.junho.2015 – 15h00**

Aos 30 dias do mês de junho de 2015, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 3, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Aprovação de atas**

**3. Comunicações do Presidente**

**4. Petição n.º 528/XII/4ª da iniciativa da FENPROF** Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade – **Região Norte - 15h00**

- **Audição dos peticionários**
- **Deputada Relatora:** Heloísa Apolónia – PEV

**5. Petição n.º 529/XII/4ª da iniciativa da FENPROF** Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade - **Distrito da Guarda - 15h00**

- **Audição dos peticionários**
- **Deputado Relator:** João Prata – PSD

**6. Petição n.º 523/XII/4ª da iniciativa de Vânia Marisa Santos Azinheira,** solicitam a alteração das metas circulares do 1.º ciclo – **16h00**

- **Audição dos peticionários**
- **Deputado Relator:** Luís Fazenda – BE

**7. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES** agenda europeia da migração COM (2015) 240

- **Apreciação do relatório e parecer**
- **Deputado autor do parecer:** Michael Seufert-CDS-PP

**8. Petição n.º 530/XII/4ª da iniciativa da FENPROF -** Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade – **Região da Grande Lisboa e Vale do Tejo.**

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Deputado (a) relator (a) – PS**

**9. Petição n.º 531/XII/4ª da iniciativa da FENPROF -** Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade – **Região do Alentejo.**

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Deputado (a) relator (a) – PSD**

**10. Petição n.º 532/XII/4ª da iniciativa da FENPROF - Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade – Regiões Autónomas**

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Deputado (a) relator (a) – PS**

**11. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para a audição do Ministro da Educação e Ciência, para que preste esclarecimentos sobre o adiamento do início do ano letivo por uma semana, de 15 para 21 de setembro de 2015.**

- **Apreciação e votação**

**12. Projeto de Resolução n.º 1526/XII/4ª (BE) Implementação das deliberações do Provedor de Justiça sobre os docentes do Agrupamento de Escolas D. Maria II despedidos por erro administrativo.**

- **Discussão**

**13. Outros assuntos**

**14. Data da próxima reunião**

08 de julho de 2015

-----

### **1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

O Sr. Presidente referiu que, tendo sido recebida, pouco antes do início da reunião, a redação final e o Decreto do Projeto de Lei n.º 889/XII/4.ª (PSD e CDS-PP), *Procede à segunda alteração à Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto, alterada pela Lei n.º 33/2014, de 16 de junho, que aprova a Lei Antidopagem no Desporto, adotando na ordem jurídica interna as regras estabelecidas no Código Mundial Antidopagem*, a sua apreciação ficaria agendada para a reunião de 3 de julho, data indicada para a audição do Sr. Ministro da Educação e Ciência.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) informou que se considerava prejudicado o requerimento agendado para o ponto 11, por ter sido apresentado um requerimento potestativo sobre a mesma matéria, pelo PCP.

Transmitiu ainda que o BE retirava o [Projeto de Resolução n.º 1526/XII/4.ª](#), cuja discussão se encontrava agendada para o ponto 12, atenta a evolução da situação correspondente.

Com estas alterações, a Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

### **2. Aprovação de atas**

As atas n.ºs 254 e 255, correspondentes às reuniões de 23 e 24 de junho de 2015, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

### **3. Comunicações do Presidente**

3.1. O Sr. Presidente submeteu à consideração dos presentes a proposta de data apresentada pelo Sr. Ministro da Educação e Ciência, para a audição na Comissão, por



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

requerimento potestativo do PCP, sobre as condições de funcionamento das escolas no início do próximo ano letivo, tendo a mesma sido aceite. Assim, a audição foi agendada para o dia 3 de julho, às 15h00.

- 3.2. Foram apreciados os relatórios das audiências/audições/visitas abaixo, não se tendo registado quaisquer observações sobre os mesmos:
- Audiência à KÓR – Associação para a Formação;
  - Audiência a Liliana Teixeira Lopes/docentes do Instituto Politécnico do Porto;
  - Audição do Grupo de Trabalho do Desporto à Federação Portuguesa de Canoagem;
  - Visitas do Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar ao Agrupamento de Escolas Rodrigues Freitas, ao Agrupamento de Escolas Dr. Costa Matos e ao Agrupamento de Escolas de Caneças;
  - Visita do Grupo de Trabalho da Educação Especial ao Agrupamento de Escolas Leal da Câmara.
- 3.3. Na sequência do despacho da Senhora Presidente da Assembleia da República, a Comissão de Educação, Ciência e Cultura deu parecer favorável à proposta apresentada pela empresa Faianças Artísticas Bordalo Pinheiro, de lançamento, na Assembleia da República, no próximo dia 22 de julho, de uma coleção de peças de cerâmica que retratam grandes personalidades nacionais e internacionais, desenvolvidas pelo caricaturista António.
- 3.4. O Sr. Presidente transmitiu o despacho da Senhora Presidente da Assembleia da República relativamente à proposta de apresentação do livro sobre o Ciclo de Conferências “José Leite de Vasconcelos”, na Assembleia da República, no dia 16 de setembro de 2015: “Tendo ficado decidido que após a última reunião plenária desta legislatura, não seriam realizadas mais eventos por respeito ao período pré-eleitoral e eleitoral, sugere-se que este evento seja reportado para a próxima legislatura”.
- 3.5. Deu ainda conhecimento do pedido da Federação Académica do Porto de pronunciamento e participação de Deputados da Comissão - um Deputado por Grupo Parlamentar - numa iniciativa sobre a Moção Global 2015 – “Refletir o presente e ousar o futuro: por um ensino superior de excelência”, a realizar na Universidade do Porto ou no Instituto Politécnico do Porto, em data a acordar, propondo-se as semanas de 13 a 17 de julho, 20 a 24 de julho ou 27 a 31 de julho.
- 3.6. Foi apreciada a comunicação que a Sociedade de Advogados Luís Natário, Pina Cabral & Associados, na qualidade de advogados do clube “Oriental Dragon Football Club” dirigiu à Comissão, sobre declarações proferidas pelo Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, numa recente audição na Comissão, e manifestando disponibilidade para prestar esclarecimentos sobre a atividade daquele clube. Após as intervenções dos Srs. Deputados Laurentino Dias (PS) e Isilda Aguincha (PSD), a Comissão entendeu não se justificar a audição.
- 3.7. Comunicou ainda que o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Rússia, Deputado Couto dos Santos, informou que aquando da deslocação daquele Grupo Parlamentar ao Parlamento Russo, e no seguimento dos trabalhos desenvolvidos com os Deputados russos da Comissão de Cultura e Educação, estes manifestaram o desejo de desenvolverem cooperação cultural com a Comissão homóloga do Parlamento português.
- 3.8. Por último, o Senhor Presidente recordou que os Grupos de Trabalho devem proceder à entrega dos respetivos Relatórios de Atividades, relativos à 4.ª Sessão Legislativa, para apreciação na Comissão.

**4. Petição n.º 528/XII/4ª da iniciativa da FENPROF** Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade – **Região Norte**

Estiveram presentes, em representação dos peticionários, o Srs. Prof. Henrique Borges e educadora Maria Júlia Vale.

A audição foi realizada conjuntamente com a dos subscritores da Petição n.º 529/XII (ponto 5), pelo que as intervenções constam abaixo.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

**5. Petição n.º 529/XII/4ª da iniciativa da FENPROF** Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade - **Distrito da Guarda**

Foi realizada audição conjunta com a dos subscritores da Petição n.º 528/XII (ponto 4).

Os subscritores da Petição n.º 528/XII fizeram uma breve síntese das suas pretensões, referindo que se tem registado um desinvestimento na escola pública, com a conseqüente deterioração das suas condições e perda de qualidade. Afirmaram que, em todos os concelhos dos distritos do Porto e de Aveiro, existe resposta dos estabelecimentos públicos para todos os alunos, sem necessidade de o Estado recorrer aos contratos de associação com estabelecimentos de ensino particular e cooperativo.

Assim, reclamam, essencialmente, o fim de medidas que visam aumentar o financiamento das escolas privadas, com aumento da despesa pública e desperdício dos recursos do Estado, e o término dos contratos de associação com escolas privadas, quando na área exista oferta pública.

Os subscritores da Petição n.º 529/XII - Srs. Prof. Anabela Sotaia, Sofia Monteiro e Manuel Leitão - fizeram uma breve síntese das suas reivindicações, afirmando que os mega grupamentos configuram um desinvestimento na escola pública, contribuindo, no caso do distrito da Guarda, para a sua desertificação. Em contrapartida, entendem que os apoios financeiros aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo se mantêm, sendo que as escolas públicas têm de competir com os colégios privados, que recebem dinheiros públicos.

Assim, reclamam uma escola pública de qualidade para todos, o que consideram não ser compatível com o desvio de dinheiros públicos para financiar ofertas privadas.

A Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD) justificou a ausência do relator da petição n.º 529/XII, Deputado João Prata, e referindo-se às petições, afirmou que o PSD tem procurado promover a qualidade da escola pública e a melhoria da oferta, não ignorando o papel desempenhado pelas escolas privadas que, durante anos, permitiram colmatar necessidades do sistema. Defendeu que os pais devem poder optar e que os impostos que pagam devem servir para pagamento da educação. Terminou, lembrando que a reorganização da rede escolar tem já alguns anos e que tem existido flexibilidade para, em conjunto com as autarquias, analisar as diferentes situações, tendo em conta o interesse das famílias, das comunidades e dos alunos.

O Sr. Deputado Agostinho Santa (PS) considerou que o ensino privado não pode contribuir para o desinvestimento e a degradação das condições das escolas públicas e afirmou que, pese embora não se tenha verificado um grande aumento do número de alunos nas escolas com contrato de associação, o grande problema é de natureza legal e prende-se com o regime concorrencial, que é anticonstitucional, devendo as escolas com contrato de associação existir apenas nos locais onde a oferta pública não é suficiente.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) fez uma breve resenha histórica dos contratos de associação e considerou que não existe distinção entre as escolas públicas e as escolas com

contrato de associação, sendo que fazem ambas parte da rede pública de ensino. Fez referência às mudanças que, entretanto, ocorreram, no que diz respeito ao modelo dos contratos, defendeu que o serviço público pode ser facultado por prestadores de propriedade privada e manifestou ainda o desejo de o financiamento poder ser alargado para este tipo de contratos.

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) começou por lamentar que se desconheçam os resultados dos casos de ilegalidade detetados em escolas do grupo GPS e fez referência ao facto de ter sido autorizada a abertura de turmas em escolas com contratos de associação e recusada em escolas públicas. Afirmou que a redução do financiamento às escolas públicas é superior à registada nas privadas e lembrou que foram já encerradas 6500 escolas do 1.º ciclo, desde 2002. Terminou, fazendo alusão às propostas apresentadas pelo PCP, no sentido da valorização da escola pública.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) declarou que o BE não é contra o ensino privado, que tem o seu espaço, entendendo antes que este se deve pagar a si próprio, sem recorrer aos nossos impostos. Considerou que existe concorrência entre o público e o privado e que o Estado tem estado a financiar um conjunto de interesses, sendo que a redução dos apoios ao ensino particular não é proporcional à redução do financiamento à escola pública. Terminou, defendendo a revogação do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo e a alteração das linhas mestras dos contratos, limitando-os aos locais onde a oferta pública não exista ou seja insuficiente.

A Sra. Deputada Heloísa Apolónia (PEV) saudou os peticionários, considerando que as várias petições apresentadas permitem dar uma dimensão nacional do problema, através de exemplos concretos a nível local. Considerou que não existe igualdade de oportunidades, em termos das condições oferecidas nas escolas públicas e nas escolas com contratos de associação, e manifestou a sua preocupação face à destruição progressiva das funções sociais do Estado. Terminou, afirmando que as escolas privadas devem ter carácter supletivo, e não prioritário ou concorrencial.

Os subscritores da Petição n.º 528/XII afirmaram que as escolas com contrato de associação oferecem condições que a escola pública não pode disponibilizar e apresentaram o caso da Cooperativa de Ensino Didaxis, que tem capacidade financeira para assegurar o transporte aos seus alunos. Reconhecem que o ensino privado tem um importante papel a desempenhar, mas entendem que deve ter um carácter supletivo.

Terminaram, defendendo que todas as crianças têm o direito a uma educação de qualidade e nas devidas condições nas escolas públicas e lamentaram que existam escolas públicas com enormes potencialidades, mas que se encontram a definharem, indicando o caso da Escola do Infante, no Porto.

Os subscritores da Petição n.º 529/XII reafirmaram que as verbas que faltam nas escolas públicas são desviadas para o privado e fizeram referência a um estudo que efetuaram na Região Centro, em que, só para este ano, foram lançadas a concurso, nas escolas com contratos de associação, 269 turmas do 5.º, 7.º e 10.º, o que envolve um montante de 21 milhões de euros.

Terminaram, afirmando que o encerramento de escolas não trouxe melhorias aos alunos, sendo que, em muitos casos, foram integrados em turmas mistas e com um maior número de alunos, para além da desumanização provocada por este processo.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

**6. Petição n.º 523/XII/4ª, da iniciativa de Vânia Marisa Santos Azinheira, solicitam a alteração das metas circulares do 1.º ciclo**

Estiveram presentes, em representação dos peticionários, os Srs. Filipe Miguel Bento Ricardo, Vânia Marisa Santos Azinheira, Maria de Lurdes Guimarães Figueiral da Silva e Sandra Maria Calhau Silva Chitas Cunha, que fizeram uma exposição, que se encontra disponível no [documento](#) entregue, que consta da [página internet da Comissão](#).

Interveio, de seguida, a Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP), que agradeceu a exposição e as preocupações apresentadas e afirmou que alterações levadas a cabo pelo atual Governo, nomeadamente no que se refere ao aumento do número de alunos por turma, à diminuição de professores, à introdução de exames e de metas curriculares e à desvalorização da avaliação contínua não representam melhores condições de aprendizagem e mais sucesso. Assim, defendeu que a consolidação das aprendizagens deve depender também das vivências das crianças.

A Sra. Deputada Maria José Castelo Branco (PSD) começou por saudar a participação e o envolvimento dos encarregados de educação e lembrou depois que as metas curriculares estiveram em discussão pública e que todos tiveram possibilidade de fazer chegar os seus contributos, sendo que alguns deles foram incorporados. Admitiu ainda que possa haver ajustes em relação a esta matéria, pelo que propôs que fizessem chegar as suas preocupações e as suas propostas ao Ministério da Educação e Ciência.

O Sr. Deputado Agostinho Santa (PS) fez referência à atividade levada a cabo pelo Grupo de Trabalho dos Currículos dos Ensinos Básico e Secundário, do qual faz parte, afirmando que a questão das metas curriculares foi aí amplamente discutida, através de várias iniciativas que desenvolveram. Considerou que a existência de uma extensa listagem conduz à mecanização das aprendizagens e impede a sua transversalidade e interdisciplinaridade. Terminou, defendendo que é necessário voltar a refletir sobre esta questão.

A Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) considerou que as metas curriculares são indicativas e que não devem ser perspetivadas como uma *checklist*, entendendo que o problema reside na sua concretização e aplicação. Defendeu, por outro lado, que passou ainda pouco tempo para se proceder a uma revisão e, relativamente aos exames, lembrou que não são determinantes e que pretendem apenas avaliar o sistema.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) considerou que o problema reside exatamente no facto de as metas serem *checklists*, com uma enorme carga competitiva, visível e invisível, e que contribuem para aumentar as desigualdades sociais. Afirmou ainda que o ensino é demasiado formalista, com um desprestígio das áreas das expressões, pelo que disse esperar que se possa alterar esta conceção.

A Sra. Professora Lurdes Figueiral fez uma apresentação, cujo [documento](#) pode ser igualmente consultada na página internet da Comissão.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

## **7. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES** agenda europeia da migração COM (2015) 240

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP), na qualidade de relator, apresentou o parecer da iniciativa, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e BE, registando-se a ausência das Deputadas do PCP e do PEV.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

- 8. Petição n.º 530/XII/4ª da iniciativa da FENPROF - Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade – Região da Grande Lisboa e Vale do Tejo.**

Apreciada a nota de admissibilidade, foi admitida a petição, por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e BE, registando-se a ausência das Deputadas do PCP e do PEV, tendo o Deputado Acácio Pinto (PS) indicado como relator o Deputado Pedro Delgado Alves (PS).

- 9. Petição n.º 531/XII/4ª da iniciativa da FENPROF - Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade – Região do Alentejo.**

Apreciada a nota de admissibilidade, foi admitida a petição, por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e BE, registando-se a ausência das Deputadas do PCP e do PEV. A Deputada Isilda Aguincha (PSD) referiu que indicaria posteriormente o Deputado relator.

- 10. Petição n.º 532/XII/4ª da iniciativa da FENPROF - Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade – Regiões Autónomas**

Apreciada a nota de admissibilidade, a Comissão deliberou indicar à FENPROF que a análise da petição, que estava apresentada em termos genéricos, não envolvia a apreciação dos poderes resultantes da autonomia das Regiões, em confronto com a reserva de competência da Assembleia da República.

Por outro lado, atenta a formulação e pedidos genéricos, que já foram apreciados em petições respeitantes a vários distritos, sendo que nessas acrescia à formulação genérica uma concretização da situação no distrito e pedidos concretos para o mesmo, a petição agora em apreciação parece visar a reapreciação da situação genérica e não tendo sido invocados ou ocorrido novos elementos de apreciação, isso poderá fundamentar o indeferimento liminar da petição, pelo que se deliberou solicitar ainda à FENPROF que se pronunciasse sobre essa matéria.

- 11. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para a audição do Ministro da Educação e Ciência, para que preste esclarecimentos sobre o adiamento do início do ano letivo por uma semana, de 15 para 21 de setembro de 2015.**

Prejudicado, atento o facto de entretanto ter sido aprovado um requerimento potestativo do PCP que inclui o pedido em causa e outros.

- 12. Projeto de Resolução n.º 1526/XII/4ª (BE) Implementação das deliberações do Provedor de Justiça sobre os docentes do Agrupamento de Escolas D. Maria II despedidos por erro administrativo.**

Retirado.

- 13. Outros assuntos**

Não se registaram outros assuntos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

#### **14. Data da próxima reunião**

08 de julho de 2015

A reunião foi encerrada às 17:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 de junho de 2015

**O PRESIDENTE**

**(Abel Baptista)**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista  
Amadeu Soares Albergaria  
Carlos Enes  
Duarte Marques  
Elza Pais  
Heloísa Apolónia  
Inês de Medeiros  
Isilda Aguincha  
Luís Fazenda  
Margarida Almeida  
Maria Conceição Pereira  
Maria José Castelo Branco  
Michael Seufert  
Nilza de Sena  
Odete João  
Paulo Cavaleiro  
Pedro Pimpão  
Rita Rato  
Rui Pedro Duarte  
Agostinho Santa  
Diana Ferreira  
Emília Santos  
Inês Teotónio Pereira  
Laurentino Dias  
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto  
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Prata  
Maria da Conceição Caldeira